

3ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em parceria com movimentos e entidades ecumênicas, pastorais e sociais, está realizando, no período de 1997 a 1999, a 3ª Semana Social Brasileira.

O tema escolhido foi *Resgate das dívidas sociais — Justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática*.

O Momento Nacional da 3ª Semana Social aconteceu entre os dias 4 e 8 de agosto deste ano, em Itaiaci, município de Indaiatuba, SP, com a participação de 396 pessoas. Como conclusão, o Momento Nacional elaborou uma carta dirigida ao povo brasileiro que aponta as principais dívidas sociais que atingem a população brasileira, as suas raízes e os compromissos assumidos por aqueles e aquelas que assinaram a carta.

A Revista *Pensamento & Realidade* publica na íntegra esse documento que é, certamente, um grito que expressa a insatisfação e os sonhos daqueles e daquelas que, neste país, querem construir uma sociedade com mais justiça e fraternidade. Publicamos, também, em seguida, a Síntese final do Momento Nacional que aponta os principais *Pontos de força teóricos* trabalhados durante aquele encontro.

Wagner Lopes Sanchez

CARTA AO POVO BRASILEIRO

Quinhentos anos depois da Carta em que os colonizadores europeus descreveram, pela primeira vez, as belezas e as riquezas do Brasil, é também com uma Carta que fazemos chegar ao povo brasileiro as alegrias, preocupações e esperanças das mais de 10 mil pessoas que participaram dos 150 eventos regionais e locais da 3ª Semana Social Brasileira.

Iniciativa da CNBB e parte de sua programação para viver o Jubileu dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo, a 3ª Semana Social é assumida e coordenada por pastorais, entidades ecumênicas, organismos e movimentos populares.

Motivados pela fé cristã, que nos convoca a remover as montanhas da ignorância e da indiferença; motivados pelo compromisso com o povo, que vive uma situação intolerável de sofrimento e de dor; e motivados por um novo milênio, que queremos muito diferente deste que se encerra, nós, os 396 participantes do Momento Nacional da 3ª Semana Social, reunidos em Itaipu (SP), de 4 a 8 de agosto de 1998, denunciemos as dívidas sociais que atingem a população brasileira e assumimos compromissos para superá-las.

Quais são as dívidas sociais?

São as dívidas que as elites dominantes impuseram ao nosso povo, em 500 anos de exploração. Dívidas que se materializam no desemprego, nos salários indignos, nos sem-terra, no abandono dos pequenos agricultores e dos pescadores artesanais, na escravidão que persiste, na fome torturante, no extermínio dos povos indígenas e de outros grupos sociais.

Dívidas que se expressam, também, nos sem-teto, na discriminação dos migrantes, no sucateamento dos serviços de saúde e educação, na precariedade dos serviços urbanos, nas agressões ao meio-ambiente.

Dívidas que se revelam, ainda, na negação do pleno direito à cidadania dos portadores de deficiência, dos idosos,

jovens, crianças, adolescentes, meninos e meninas de rua, mulheres, povos indígenas, negros, ciganos e outras etnias, maiorias e minorias de nosso povo.

Dívidas que se fortalecem na violência cotidiana, na injustiça, na corrupção, na falta de democracia real, nas distorções veiculadas por meios de comunicação de massa, na destruição de valores individuais e coletivos.

Os credores das dívidas sociais são a maioria do povo brasileiro. Não precisamos, aqui, indicar quantos são os sem-terra, os sem-teto, os desempregados, os sem-cidadania... A existência de uma única criança abandonada já nos causa indignação e nos faz lutar contra o projeto político excludente que domina a sociedade brasileira, campeã mundial de desigualdades sociais.

Raízes e resgate das dívidas sociais

As dívidas sociais possuem raízes profundas, que remontam ao processo colonizador europeu, a séculos de escravidão, de transferência de nossas riquezas para o exterior, de democratização lenta e restrita, de justiça parcial e perpetuadora de desigualdades, de subordinação do Estado aos interesses privados nacionais e internacionais, de um desenvolvimento econômico que gera e reproduz estruturalmente a desigualdade.

O modelo neoliberal, implementado no Brasil principalmente a partir de 1990, reforça a desigualdade estrutural existente na sociedade brasileira. Vivemos sob o domínio das chamadas leis do mercado, do individualismo, da competitividade, do consumismo. A idolatria do mercado sufoca os valores da igualdade, da solidariedade, da soberania nacional, de uma democracia participativa.

O grande capital exige subordinação de nossa sociedade, impondo privatização de estatais, abertura comercial sem salvaguardas nem contrapartidas, desmantelamento dos serviços públicos.

Agravam-se o desemprego, a violência, a crise de valores. Mas as soluções estão à vista e à mão. Nossas mazelas

não se devem à falta de recursos: suas causas são políticas e estruturais.

É necessário construir um novo projeto de sociedade, orientado por valores e por estratégias capazes de promover a distribuição da riqueza, da renda, da terra, do poder e do saber, criando oportunidades para que todos os brasileiros possam viver com justiça, dignidade e alegria.

Esta nova sociedade já vem sendo construída, pelos movimentos populares, pela sociedade civil, na luta contra o projeto dominante. O novo é visível nas lutas por terra e água, na batalha por direitos sociais e políticas públicas, na defesa do meio-ambiente, nas iniciativas de produção alternativa, em todos que, de diferentes formas, procuram viver a verdadeira democracia, a cooperação e a solidariedade.

Nossos compromissos

Convocamos o povo brasileiro e as Igrejas a concretizar os ideais do Jubileu bíblico, assumido por Jesus como sua missão permanente na construção do Reino de Deus. O Jubileu consiste no resgate das dívidas sociais, recriando as condições de igualdade e de liberdade na vida do povo, concretizando o propósito de Deus: que as relações humanas sejam caracterizadas por amor, justiça e comunhão.

Convidamos a todos vocês, a todo o povo brasileiro, a assumir conosco os seguintes compromissos:

1. *Com a vida*: denunciaremos o neoliberalismo e tudo que atenta contra a dignidade da vida, em todas as suas dimensões;
2. *Com a verdade*: lutaremos pela democratização da informação, incentivando as rádios e TVs comunitárias, desmascarando a manipulação e a desinformação promovidas pelos monopólios de comunicação;
3. *Com a organização e a mobilização do povo*: lutaremos pelos direitos dos povos indígenas e dos remanescentes de Quilombos, por reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, educação, justiça, pela plena realização dos

direitos humanos. Combateremos todo e qualquer tipo de discriminação e intolerância. Assumimos o Grito dos Excluídos, o Tribunal da Dívida Externa e a Campanha Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular;

4. *Com a verdadeira democracia:* queremos que o Estado seja um instrumento da sociedade para a sociedade. Lutaremos por uma política que garanta o exercício pleno da cidadania, contra as distorções na representação proporcional e contra a corrupção eleitoral promovida pelo poder econômico;
5. *Com um novo projeto de sociedade:* trabalharemos pela instalação de uma nova ordem econômica, política, social e cultural, que rompa com a dependência frente ao capital externo, que afirme a soberania nacional, que garanta uma vida digna e com segurança para nosso povo e o futuro de nossa juventude. Que sejam definidos limites orçamentários para os gastos com o pagamento das dívidas externa e interna, compatíveis com o resgate das dívidas sociais e ecológicas;
6. *Com a educação:* lutaremos por um sistema educacional público, que garanta a todos os brasileiros uma educação de qualidade, fundamentada nos valores da justiça e da solidariedade. Apoiaremos as iniciativas de educação popular no campo e na cidade;
7. *Com o direito ao trabalho:* lutaremos por empregos estáveis e por salários dignos. Estimularemos iniciativas que gerem trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias;
8. *Com a Campanha Internacional Jubileu 2000:* assumiremos esta Campanha, que pede o cancelamento da injusta dívida externa. No Brasil, exigiremos uma auditoria da dívida externa, possibilitando identificar a dívida ilegítima e injusta que deve ser cancelada;
9. *Com o estabelecimento de uma nova ordem internacional:* lutaremos para que a globalização financeira e excludente seja substituída por uma globalização solidária e ecológica.

Que esta Carta seja lida em cada casa, em cada praça, em cada grito, em cada encontro, em cada Igreja. E que suas palavras se tornem realidade na caminhada de cada um de nós, reforçando nossa esperança e nosso sonho de justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática.

ITAICI, AGOSTO DE 1998

SÍNTESE FINAL

Resgate das Dívidas Sociais

Justiça e Solidariedade na construção de uma sociedade democrática

Síntese do momento nacional

Pontos de Força Teóricos

1. A hegemonia do pensamento neoliberal.

O discurso ideológico hegemônico é o discurso neoliberal. Esse discurso consiste, fundamentalmente, na instauração do *princípio da competitividade* como organizador da vida social, econômica e política da sociedade. Instaura-se o Evangelho da Competitividade. Fora da competição não há salvação. A vida sócio-econômica é uma guerra. Uma guerra onde o mais competente, o mais forte, o mais capaz vence. O núcleo do pensamento neoliberal consiste em romper com todo e qualquer tipo de relação. Ele quebra as relações da pessoa humana com as outras pessoas e com a natureza e o cosmos.

O discurso ideológico neoliberal conseguiu a grande proeza teórica, que consiste numa verdadeira revolução epistemológica, de transformar tudo em coisa, em objeto, enfim, em mercadoria. Inclusive a terra, o trabalho e a pessoa humana foram reduzidos a uma mera mercadoria. *Tudo é mercadoria*. Isto significa que o trabalho não tem direito. Como explicar, mesmo economicamente, que tenhamos no Brasil o menor salário mínimo da América Latina? Considerar a pessoa

humana como mercadoria, significa que ela vale enquanto é útil, eficiente e produtiva. Mais ainda: a pessoa humana passa a valer pelas coisas que ela possui. Sua identidade é dada não mais por aquilo que ela é, mas por aquelas coisas que ela possui. As pessoas vivem sob o império dos objetos, das mercadorias. À medida em que as pessoas são consumidoras, tornam-se cidadãs. *A concepção antropológica do pensamento neoliberal nega que o ser humano é um ser de necessidades, para afirmar que ele é unicamente um ser de desejos.* É dessa forma que o consumo, pelo império da publicidade, cria primeiro o desejo no consumidor, para depois produzir os bens e serviços. A produção do consumidor precede à produção dos bens a serem consumidos. O desejo torna-se ilimitado. O consumo perde, assim, a autonomia e cria, dentro das pessoas, um novo estado que atua como mecanismo compensatório. Converte-se em veículo do narcisismo tornando-se um fundamentalismo da pior espécie. “Esquece” de compreender a pessoa humana como um ser que tem necessidades básicas a serem satisfeitas.

A vida sócio-política, na compreensão neoliberal da sociedade, reduz-se, fundamentalmente, ao econômico. E, no final do século XX, especificamente ao econômico-financeiro. O econômico se autonomiza do social e do político, passando a subordiná-los. A economia, de servidora da sociedade, passa a ser a senhora, à qual tudo é submetido e subordinado. A redução da vida sócio-política da sociedade à economia significa que tudo pode ser quantificado; significa erigir a produtividade, a eficiência e a eficácia como critérios que excluem a possibilidade da gratuidade, do relacional e do sonho.

À medida em que tudo é transformado em mercadoria, à medida em que o cidadão é aquele que é capaz de consumir, e se instaura o princípio da guerra como organizador e dinamizador da vida sócio-econômica e política, *a violência torna-se estrutural* e cresce assustadoramente o medo. O medo do desemprego, o medo de ser incompetente, o medo de ser assaltado, enfim, *o medo da outra pessoa.* Aqui está a raiz da confusão de espíritos vivida no Brasil, como constatamos no segundo dia deste Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira.

O pensamento neoliberal se fecha à interpelação da alteridade. Esse discurso implica na renúncia à possibilidade de se construir a vida econômico-social a partir do *princípio da solidariedade*. E, por isso, significa o fim da ética e da política.

O discurso neoliberal é dogmático e fundamentalista. Nega e desqualifica toda e qualquer busca ou tentativa de produção de um discurso alternativo. O pensamento neoliberal significa o fim da hermenêutica, o fim do espírito. Daí a necessidade e a urgência do sonho, da utopia e da paixão por um novo projeto nacional em que o povo ocupe o lugar central.

2. *A fratura social*

Vivemos num país com as maiores desigualdades do mundo. É o que nós expressamos nesses dias, quando falávamos do Brasil como um país fraturado, fragmentado, dividido, fundamentalmente desigual. Um país com ilhas de excelência — o parque automobilístico, a indústria aeronáutica, a tecnologia da prospecção do petróleo, os transplantes, a produção agrícola — rodeadas por um mar de exclusão social — fome, doenças endêmicas, seca, desemprego, sem-terra, sem-teto.

Identificamos, com a ajuda da Profa. Tânia Bacelar, quatro bloqueios principais que cerceiam a inserção da maioria da população brasileira: **a** — o acesso à terra; **b** — o acesso à educação, à cultura, à informação; **c** — o acesso ao mercado de trabalho e à renda monetária; **d** — o acesso aos serviços essenciais: à saúde, à previdência, à habitação.

3. *A desigualdade sócio-econômica vista como algo natural*

O darwinismo social — a seleção natural. Vimos, nesta semana, com a ajuda do professor Milton Santos, que o processo de produção da pobreza sofreu uma evolução profunda e trágica nos últimos anos. No princípio, havia uma pobreza incluída, sazonal, localizada, que era enfrentada por medidas assistencialistas e privadas. Mais tarde, a pobreza foi entendida como doença da civilização, fruto do progresso econômico, entendida como marginalidade e enfrentada pelos governos.

Chegamos, por fim, à pobreza estrutural, fruto de uma produção voluntária, permanente, produto de uma racionalidade científica. Esta pobreza estrutural é justificada através de um discurso pseudo-pragmático, calcado no cinismo da sua inexorabilidade. No entanto, a pobreza atual não é natural, inevitável e muito menos imutável. Ela é produzida. Há uma verdadeira arquitetura da desigualdade social brasileira.

4. A inserção do Brasil na globalização se dá de forma subordinada

Sem negociar condições. A colônia conseguiu produzir e reproduzir historicamente uma *cultura de submissão* que perpassa todas as classes e setores da sociedade brasileira. Não é à toa que nós valorizamos tudo o que é de fora em detrimento do que é nacional. Por outro lado, vigora a crença de que há um só pensamento, um único caminho a ser seguido, sem possibilidades de criar alternativas. As elites brasileiras não conseguem, assim, conviver com o potencial brasileiro. Mais do que nunca é necessário desconstruir os mitos da globalização, como indica o Prof. Paulo Nogueira Batista Jr.

5. A elite rejeita a possibilidade de construir um projeto nacional

Renunciou a possibilidade de construir uma nação onde caibam todas as pessoas. O povo nunca pode ocupar o lugar central no processo da construção da nação. Emerge a necessidade da construção de um *discurso da afirmação nacional*, que eleve a nossa auto-estima e nos ajude a construir o futuro, pois este é construção histórica e não fruto de um caminho lógico.

6. O Estado é um dos grandes fatores da desigualdade social

Deixa de cumprir os objetivos nacionais e se coloca a serviço do interesse das empresas multinacionais, tornando-se refém do capital financeiro. O desafio que emerge é a reconstrução do Estado a partir de baixo, ou seja, a partir das classes

baixas, das iniciativas das classes populares. É o movimento social organizado que vai reconstruindo o Estado através da efetivação dos Conselhos, da implementação do orçamento participativo, das iniciativas contra a corrupção eleitoral.

7. A necessidade de se produzir um novo discurso

É outro ponto de consenso deste momento nacional. A elite não permite o debate ideológico e desclassifica o pensamento que se lhe opõe, baseado nos dogmas e na leitura *fundamentalista* de seus princípios. Desta forma, decreta o fim da hermenêutica, o fim do espírito. Devemos tomar cuidado para não nos tornarmos, também, dogmáticos, fundamentalistas. Não podemos recusar nossa tarefa de construção de um *discurso propositivo*, novo, mobilizador. Precisamos estar atentos para não cairmos na armadilha das elites que insistem no discurso único, hegemônico e que decreta o fim da história. Precisamos colocar nas nossas agendas o debate ideológico, o fazer político. Discutir sim, com coragem, que País queremos; que princípios adotamos para uma nova ordem política, econômica, social e cultural.

8. A urgente tarefa de articulação entre fé e política, entre mística e luta social.

Talvez, estejamos insistindo no óbvio. Porém, acreditamos que há dimensões necessitando ser repetidas à exaustão, para que encontremos formas novas de vivenciá-las. Esta semana nos deixou ainda mais clara a necessidade de uma melhor articulação da mística com a ação, da mística com a política. Falamos aqui claramente da mística cristã. Às vezes, para uma grande parte dos cristãos, a fé e a política aparecem de maneira justaposta, não articulada. Perceber que o mesmo pé que dança o samba, se preciso, vai à guerra, ainda permanece como desafio. Queremos, porém, identificar a presença desta mística neste Momento Nacional da 3ª SSB, resgatando seu fio condutor.

Em nossa “*Carta ao Povo Brasileiro*”, assumimos as motivações mais profundas que nos lançam a identificar as

raízes das dívidas sociais, a buscar pistas de resgate e a assumir compromissos, deixando claro que o Momento Nacional é apenas uma etapa de um processo maior para a construção de um novo País, caracterizado pelas práticas da inclusão e da vigência dos valores fundamentais à existência humana e cósmica. Dentre as motivações, destacamos a *“fé cristã, que nos faz remover as montanhas da indiferença e da ignorância, atendendo aqueles que têm sede e fome de justiça”*.

Na realidade, aqui vimos, motivados, também, pelo tempo oportuno que nos oferece a proximidade da celebração do Grande Jubileu do ano 2 000. Data simbólica que nos lembra que o advento cristão do Filho de Deus, feito homem e carpinteiro em Nazaré, continua sendo um paradigma fundamental para nossa inserção no mundo dos pobres, para nossa crença na superação das injustiças e para nossa luta pelo restabelecimento das relações originais de igualdade, solidariedade e comunhão.

Essa mística cristã, força que nos transcende e nos impulsiona a continuar teimosamente na luta, é a razão, para nós, que leva um velho professor de geografia humana a expressar sua *profissão de fé na força revolucionária e transformadora dos pobres*, quando convidado a falar sobre as dívidas sociais deste País. Ou o que leva um economista a terminar seu discurso, embaralhado em meio a tantos números, convidando a todos os presentes para uma declaração coletiva sobre a necessidade de se *superar um discurso economicista e se atingir as raias das utopias mobilizadoras, fruto do sonho em mutirão*.

Para nós, cristãos, a *afirmação dos direitos humanos* não advém de um mero humanismo, mas sim da crença profunda de que o Filho de Deus se fez carne para resgatar definitivamente a dignidade do homem e da mulher e para explicitar que somos, em comunhão com toda a natureza, como que divinizados, também. Por isso, quisemos dar um salto qualitativo, *passando da mera declaração dos direitos humanos ao compromisso de sua afirmação*. Afirmação que é feita, na praça, por donas de casa com lenço branco na cabeça e muito amor à vida no coração. Afirmação que se expressa na luta pelo

basta definitivo a toda forma de tortura. Afirmação presente na vida de D. Paulo que, como ninguém, entendeu que o poder é serviço, e serviço principalmente aos que têm seus direitos violados.

Acreditamos que esta mesma mística nos leva a perceber a necessidade de recuperar nossa história, *construindo uma nova identidade nacional*, superando a mentalidade puramente derrotista, elevando nossa auto-estima e exercitando nosso imaginário para podermos alçar vôos maiores e mais ousados.

Enfim, este Momento Nacional quer reafirmar em nós a convicção de que é necessário *superar o imediatismo* e o pragmatismo. Quer mostrar-nos, também, que, na construção de um Brasil para todos os brasileiros e brasileiras, por um lado, não estamos mais no começo, pois já temos cinco séculos de experiências acumuladas; por outro, é preciso muita perseverança, muita vontade de sonhar, muita mística que dê sentido à nossa luta, para não darmos socos aos ventos e assumirmos com destemor todos os nossos compromissos.

Pontos teóricos a serem aprofundados

1. Será que não precisaríamos ser mais ousados na ruptura com a esfera do econômico? Por exemplo, na discussão da *dívida externa*, será que não ficamos demasiadamente prisioneiros dos parâmetros dados pela economia, não colocando como prioritário e central a questão social? Será que o “economês” não é imobilizador? Por que os economistas tem que ser os nossos interlocutores?
2. *Necessidade do sonho e da utopia*. Afirmamos nossa esperança na possibilidade de resgatar o sonho da utopia e da construção de um novo discurso, a partir do compromisso efetivo e afetivo com os movimentos sociais, assumindo os pobres como atores do processo. Ao mesmo tempo, clamamos por saídas rápidas e imediatas. Chega de utopia! — ouvimos alguém clamando aqui no plenário. Como articular a urgência de saídas imediatas para os prementes problemas sociais da imensa maioria da população brasileira e com a necessidade de saber esperar contra

toda a esperança? Enfim, como dar razão da nossa esperança? Esta questão traz consigo a pergunta: como articular o imediato com as grandes questões? *Como trabalhar o princípio do pensar o global e agir no local?*

3. *Pobre*: o protagonista, o capaz de casar-se com o futuro, aquele que não repousa o intelecto porque tem que estar repensando a sobrevivência, a cada momento. Como, por outro lado, articular isso com o político-pedagógico? Como subordinar a economia à sociedade, tendo presente e ativo o princípio bíblico-teológico de que os pobres são os juizes éticos da vida sócio-econômica de uma sociedade? Ou seja, o critério para se medir a bondade, a justiça e a moralidade de uma ordem sócio-político-econômica é a situação em que vivem os pobres dessa sociedade.
4. O que significa *trabalhar o desejo, a emoção*? A direita tem feito isso melhor, na linha do consumo. Os pobres aí se tornam presas fáceis. Precisamos desvincular os discursos sobre o desejo de suas características de ilimitado, do “vale tudo” quando o que está em jogo é o prazer, a satisfação do desejo. O amor ao próximo pode ser um controlador dos desejos, impondo limites éticos às relações. O projeto da elite, baseado no consumo, rejeita esse amor, quebrando todas as fronteiras dos desejos. Cria a pessoa profundamente insatisfeita, deprimida, com sede sempre maior por saciar. Essa depressão encontra sua terapia nas novas catedrais do consumismo e do narcisismo: os shoppings-centers.

Pontos teóricos que mereceriam um maior destaque

1. *A reflexão ético-teológica*, a partir de uma análise antropológico-cultural, que contribuísse para a deslegitimação do discurso neoliberal. Uma reflexão ético-teológica capaz de resgatar a fundamental dignidade da pessoa humana, da sua relacionalidade, da sua liberdade, capaz de romper com toda espécie de automatismo e naturalização da história. Uma reflexão ético-teológica capaz de deslegi-

timar a autonomia da economia em relação à sociedade e à política. Uma reflexão ético-teológica capaz de recuperar a dimensão judaico-cristã que erige o pobre como critério último para julgar a vida sócio-econômica e política de uma sociedade. Uma reflexão ético-teológica que, ao mesmo tempo que deslegitima o discurso hegemônico, seja capaz de fundamentar a esperança na construção de uma sociedade justa, solidária, plural e democrática.

2. *A questão do desemprego* — a revolução tecnológica — a reestruturação produtiva — o pleno emprego — o binômio emprego-trabalho — a importância do quarto setor — a redução da jornada de trabalho — o fim das horas extras — a flexibilização das relações de trabalho. A Campanha da Fraternidade de 1999 será uma boa ocasião para o aprofundamento do tema e das iniciativas daí decorrentes.
3. *Repensar o papel dos intelectuais*. É preciso favorecer a multiplicação de pessoas que pensem a sociedade alternativa, que engendrem caminhos novos, que desmascarem a farsa do discurso único e não sejam meros repetidores de discursos alienígenas. *Intelectuais que estabeleçam pontes com o mundo dos pobres*, favorecendo, a eles uma leitura menos fragmentada da realidade e com possibilidades de *tecerem redes efetivas entre as diversas iniciativas dos de baixo*. É preciso repensar, ainda, a pedagogia na formação de novos quadros, agentes médios de importância fundamental devido a sua inserção no mundo dos de baixo. Nesta tarefa, dê-se maior importância aos jovens. “*Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto*”.

Propostas e encaminhamentos

No plenário anterior, além dos compromissos que assumimos na Carta ao Povo Brasileiro, foram destacados três pontos que deveríamos assumir como prioritários: a reforma agrária, o desemprego e a educação. Queremos, porém, chamar a atenção para algumas tarefas inadiáveis.

1. *O primeiro campo de luta é a deslegitimação ideológica do discurso neoliberal.* A verdadeira “batalha” é ideológica. A ideologia neoliberal propõe as idéias, as palavras-de-ordem, os símbolos sobre os quais se constrói nossa visão de mundo, nossos sistemas de valores, nossos sonhos, nossas esperanças. São elas que movem nossas ambições e as legitimam. Assim, a primeira coisa a ser feita é deslegitimar a retórica dominante, suas palavras-chaves (desregulamentação, privatização, liberalização, globalização). É preciso recusar, à retórica dominante toda e qualquer legitimidade de ser pertinente para o presente e capaz de gerar um futuro melhor. É preciso afirmar, com força e convicção, que ela é incapaz de criar uma “boa” sociedade. Concretamente, é necessário deslegitimar o princípio da competitividade e afirmar que a prioridade não é a competitividade mas a solidariedade. É falso e enganoso afirmar que a competitividade é motivo e causa para fazer crescer a solidariedade e a coesão social.
2. *É preciso mudar a ordem do dia, a agenda do dia.* Quem fixa, hoje, a ordem do dia dos problemas a serem resolvidos, dos desafios a serem superados, das prioridades a serem executadas, dos meios a serem utilizados, não são os poderes públicos nacionais. A ordem do dia é feita pelo poder econômico e financeiro privado. O desafio é recuperar nossa capacidade de fazer com que os poderes públicos restabeleçam a prioridade do “político” e do bem comum sobre o “financeiro”, o “econômico” e o bem privado. Como inverter as prioridades? Como colocar na pauta nacional as grandes questões sociais: reforma agrária, o desemprego, a fome, a educação, a saúde e a moradia? Fundamental é sairmos daqui assumindo as lutas sociais capazes de inverter essa agenda.
3. *O desarmamento do poder financeiro.* Não é possível construir um país novo, capaz de resgatar suas dívidas sociais, sem que se estabeleça a capacidade dos cidadãos e cidadãs exercerem o direito e o dever de dirigir e controlar o capital e os mercados financeiros. É necessário desarmar

o poder financeiro. Para esse fim, algumas medidas poderiam ser priorizadas:

- taxar em 0,5% todas as transações financeiras — Taxa Tobin;
 - terminar com o sigilo bancário. O respeito ao princípio da liberdade de propriedade e do direito à confidência pode ser assegurado sem a manutenção do sigilo bancário. Por outro lado, uma verdadeira política fiscal progressiva, fundada sobre a justiça social e a solidariedade (entre indivíduos, gerações e países), passa pela abolição do sigilo bancário;
 - tornar pública e transparente a avaliação dos mercados financeiros. Desafiar as instituições presentes — CRB, CNBB, CONIC, ONGs e outras — a estudarem a possibilidade de exigirem, conjuntamente, dos bancos, a garantia para que o dinheiro por elas aplicado não financie indústrias armamentistas, ou aquelas que poluem a natureza, propiciam o trabalho infantil, utilizam o trabalho escravo. Favorecer a discussão sobre a possibilidade da promoção de “bancos éticos”, a exemplo de outros países, como a Itália.
4. Todo cidadão brasileiro tem, independente do trabalho, da sua produtividade, *direito a um mínimo vital*. Trata-se de discutir a distribuição da produtividade, à luz do inalienável direito à vida.

ITAICI, 08 DE AGOSTO DE 1998

Inácio Neutzling e Manoel de Godoy